

ANEXO III

MINUTA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE
SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e legislações pertinentes, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 63/2019, Pregão Eletrônico nº XX/XX, PAD nº 4547/2019 e a Proposta Vencedora, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa,

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR; CEP: 80220-902; neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

.....inscrita no CNPJ sob n.º....., com sede na....., bairro....., CEP.....; telefone:.....; e-mail:.....; neste ato representada por....., portador do CPF n.º.....; doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para realização de serviços de ginástica laboral com “*Blitz Postural*” para os servidores, estagiários e membros ativos na sede e Fórum Eleitoral em Curitiba no TRE-PR.

1.2 – A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com a formação adequada para realizar atividades caracterizadas como **ginástica laboral** com “*blitz postural*” nas dependências da sede e fórum eleitoral de Curitiba no TRE-PR.

2.2 – Da ginástica laboral

2.2.1 - A CONTRATADA deverá disponibilizar **01(um) profissional** com formação em **Educação Física ou Fisioterapia** para realizar atividades caracterizadas como Ginástica Laboral (estímulos aeróbicos, anaeróbicos, alongamento e relaxamento, etc.). As atividades deverão ser realizadas por profissionais devidamente registrados nos órgãos de classe competente (CREF – Conselho Regional de Educação Física ou CREFITO - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional).

2.2.2 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a CONTRATADA **deverá enviar ao Gestor do Contrato, a comprovação da formação dos profissionais e do respectivo registro no órgão.**

2.2.3 - A ginástica laboral será realizada nas dependências da sede do TRE/PR e do Fórum Eleitoral de Curitiba em datas e locais a serem definidos pela Seção de Atenção à Saúde, após a contratação, com periodicidade de 3 (três) vezes por semana, com duração de 2 (duas) horas por dia, sendo as atividades realizadas em dois prédios diferentes, com turmas de no máximo 30 (trinta) participantes.

2.2.4 - Para os servidores lotados nos Cartórios do interior deverá ser feita a gravação de aulas de ginástica laboral, com pelo menos 4 (quatro) sessões de exercícios diferenciados, para acesso por meio de link na intranet do TRE/PR. A gravação será realizada no estúdio nas dependências do Tribunal em Curitiba, em cronograma a ser definido pela Seção de Atenção à Saúde em conjunto com a Seção de Produção de Áudio Visual e com a CONTRATADA.

2.2.5 - Para o desenvolvimento das atividades o profissional deverá se utilizar de materiais/ferramentas/acessórios tais como bolinha antiestresse, tensores elásticos, bastão e equipamento de som, de acordo com a necessidade e o plano da atividade, e que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA em quantidade adequada ao grupo, considerando a quantidade máxima de participantes por turma de até 30 alunos. Caso a CONTRATADA entenda necessária a utilização de material diferente do elencado, poderá fazê-lo, assumindo o eventual ônus de aquisição. A composição dos grupos poderá ser ajustada posteriormente em conjunto com a CONTRATADA.

2.2.6 – Previamente ao início da prestação dos serviços ora contratados, deverá ser oferecida palestra educativa, voltada ao esclarecimento dos objetivos e benefícios da ginástica laboral para sensibilização dos servidores, em data e com duração a serem definidos entre o Tribunal e a CONTRATADA. A palestra será realizada somente uma vez no início da contratação. Caso as partes entendam necessário para esclarecimentos e adesão às atividades de ginástica e, no caso de prorrogação contratual, poderá ser realizada nova palestra.

2.3 – Da *blitz* postural

2.3.1 - A CONTRATADA deverá disponibilizar **01(um) profissional com a mesma formação solicitada nos itens 2.2.1**, para atendimento individualizado, para orientação postural e sugestão de adequação para mobiliário das estações de trabalho (cadeiras, mesas, altura de monitor, posicionamento dos objetos na estação de trabalho), para adequação do posto às características do usuário, podendo ser o mesmo profissional do item 2.2.1 - da ginástica laboral.

2.3.2 - A *blitz* postural deverá ser realizada em todas as unidades de trabalho da capital (Sede e Fórum), conforme cronograma que será definido juntamente com a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, com o objetivo de detectar posturas incorretas e prejudiciais e fazer as correções necessárias por meio de orientações esclarecedoras.

2.3.3 - A *blitz* postural será realizada nas dependências da sede do TRE/PR e do Fórum Eleitoral de Curitiba por meio de visitas aos setores, com periodicidade de 2 (duas) vezes por semana, com duração de 2 (duas) horas por dia. O serviço deverá ser finalizado no prazo de até 14 (quatorze) semanas após o início dos trabalhos. Este prazo poderá ser revisto juntamente com a CONTRATADA conforme o andamento da execução dos serviços.

2.3.4 - O serviço deverá ser prestado no início da contratação para orientações e após o período mínimo de 6 (seis) meses, para verificação da aplicabilidade pelos servidores e para verificar os resultados para a melhora na qualidade de vida no posto de trabalho.

2.3.5 - Para os servidores lotados nos Cartórios do interior, será feita a gravação das orientações ergonômicas, podendo ser um vídeo ou mais, a ser definido entre o Tribunal e a CONTRATADA, para acesso por meio de link na intranet do TRE/PR. A gravação será realizada no estúdio nas dependências do Tribunal em Curitiba, em cronograma a ser definido pela Seção de Atenção à Saúde em conjunto com a Seção de Produção de Áudio Visual e com a CONTRATADA.

2.3.6 - A realização da *blitz* deverá ser registrada em formulário próprio, e deverá conter a assinatura do responsável pelo setor ou seu substituto designado.

2.3.7 - A atividade deverá ser realizada fora do horário destinado para a realização das atividades de ginástica laboral.

2.3.8 - Previamente ao início das atividades, deverá ser oferecida palestra educativa, voltada ao esclarecimento dos objetivos e benefícios da *blitz* postural (orientações ergonômicas) para sensibilização dos servidores, em data e com duração a serem definidos entre o Tribunal e a CONTRATADA. A palestra será realizada somente uma vez no início da contratação. Poderá ser realizada nova palestra caso as partes entendam necessário para esclarecimentos e orientações e no caso de prorrogação do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - A capacidade estrutural da CONTRATADA deverá ser compatível ao atendimento estimado. Devendo a mesma empresa oferecer tanto o serviço de ginástica laboral quanto o de *blitz* postural.

3.2 - Possuir em seu cadastro, profissionais devidamente credenciados pelo órgão

correspondente - CREF – Conselho Regional de Educação Física ou CREFITO - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional).

3.3 - Encaminhar ao gestor da contratação do TRE-PR, ao final de cada mês, relatório discriminando as atividades realizadas, quantidade de participantes, observações e sugestões para eventuais adaptações no programa.

3.4 - Prestar, quando solicitado, todos os esclarecimentos necessários à elucidação de dúvidas surgidas no decorrer da execução contratual ou da aferição dos serviços prestados.

3.5 - Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes sobre o objeto desta contratação correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

3.6 - Comunicar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas quando da impossibilidade de realização dos serviços conforme cronograma, indicando, no mesmo ato, data e hora da reposição.

3.7 - Realizar o serviço objeto da presente contratação, independentemente do número de participantes, podendo propor novos arranjos para a formação de um grupo maior, a fim de viabilizar o bom cumprimento do contrato.

3.8 - Informar a relação de profissionais que irão prestar os serviços contratados, realizando a substituição em caso de impedimento do titular, quando necessário, por profissionais de mesma qualificação ou superior conforme exigido no item 2.4 deste termo de referência.

3.9 - Prestar o serviço com pessoal técnico, devidamente qualificado, uniformizados e identificados, sob sua supervisão.

3.10 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 - O CONTRATANTE deverá elaborar cronograma de realização da ginástica laboral com “blitz postural”, que será disponibilizado para a CONTRATADA após a assinatura do contrato. O cronograma poderá ser adaptado para se adequar às atividades realizadas e às características do grupo.

4.2 - O CONTRATANTE deverá indicar e disponibilizar os espaços e horários em que as atividades serão realizadas.

4.3 - Fica à cargo do CONTRATANTE a convocação dos seus servidores e áreas que irão participar das atividades, conforme cronograma, devendo avisar a CONTRATADA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando da impossibilidade de realização das atividades, e, no mesmo ato, mencionar a data e hora da reposição.

4.4 - Receber o relatório mensal apresentado pela CONTRATADA, propondo adequações, quando necessário.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura, **de .../.../..... a .../.../.....** , podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º da Lei nº 8.666/93.

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

6.3 – Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá ao Fiscal, ou substituto imediato:

a) Receber e atestar a nota fiscal referente aos serviços contratados encaminhando-a, no PAD respectivo, à Seção de Execução Orçamentária para anotações, que enviará ao setor financeiro para apropriação e pagamento;

b) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas no instrumento contratual/nota de empenho, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, bem como efetuar o recebimento;

c) Comunicar à CONTRATADA, por e-mail, a necessidade de solucionar problemas, defeitos ou irregularidades encontrados na prestação dos serviços e fixar prazo para cumprimento;

d) A persistirem as irregularidades, comunicar ao gestor a necessidade de abertura de processo administrativo.

6.4 - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá ao Gestor, ou substituto imediato:

a) Oficiar a prestadora do serviço, a partir da comunicação do fiscal, fixando prazo para solução das irregularidades apontadas;

b) A persistirem as irregularidades, o gestor abrirá processo administrativo, na modalidade eletrônica (PAD), e o encaminhará à Coordenadoria a qual estiver vinculado, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, em formulário específico, bem como anexar cópia do *email* enviado pelo fiscal, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA;

c) Prestar orientações necessárias ao fiscal da contratação;

d) Efetuar análise e encaminhamentos pertinentes às reivindicações da CONTRATADA relativamente ao reajuste, rescisão, questionamentos financeiros ou outros.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

7.1 – A despesa com o presente instrumento correrá pelo:

Programa de Trabalho.....;

Nota de Empenho, emitida em

Elemento de despesa: 33.90.39.05;

Categoria Econômica: Custeio;

SIASG 14311

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços de ginástica laboral com blitz postural, o valor total estimado de R\$ XXXX (XXXXXX) conforme a tabela abaixo.

	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total
Ginástica laboral	12 meses	Valor mensal	R\$.....	R\$.....
Blitz postural	112 horas	Valor de 1(uma) hora	R\$.....	R\$.....

8.1.1 – Fica estimado para realização da **Blitz Postural** o total de 112 horas acima especificadas, cujo pagamento será realizado de acordo com a comprovação das visitas aos postos de trabalho dos participantes, conforme as horas efetivamente realizadas.

8.2 – Do documento fiscal

8.2.1 – O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR, em formato “.pdf”, ou poderá ser apresentado na forma física, à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº 224, 1º andar, Prado Velho, Curitiba/Paraná, igualmente direcionado ao gestor.

8.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/ documentos de habilitação para fins da contratação deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

8.2.1.2 – Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

8.2.1.3 – Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ da CONTRATADA;
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores mensais por item e total;
- Número do contrato;
- Número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

8.2.1.4 – O período para faturamento deverá ser mensal.

8.2.1.5 – Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial – inclusive os proporcionais (*pro rata die*), que também será aplicada a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

8.2.1.6 – A nota fiscal/fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.2.1.7 – A emissão do documento fiscal/recibo deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

8.3 – Das condições do pagamento

8.3.1 – O pagamento será efetuado mensalmente após o atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade da conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo ao prazo e ao formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

8.3.2 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.3.2.1 – Prazo **para atestado da nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

8.3.2.2 – O **prazo para pagamento será de até 05 (cinco) dias úteis após o atestado** realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

8.3.3 – Será considerada data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da

nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.2.1.2.

8.3.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

8.3.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

8.3.6 – Na eventual ocorrência de atraso de pagamento, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento mediante solicitação formal da CONTRATADA, e serão calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.4 – Da regularidade fiscal

8.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo gestor da contratação do TRE/PR visando à regularização.

8.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

8.4.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.4.2.1 – As consultas, de que tratam as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

9.1 – Da substituição tributária:

9.1.1 – Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. 116/2003 e L. C. 123/06, conforme o objeto da contratação.

9.2 – Dos tributos federais:

9.2.1 – Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

9.2.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples) não haverá a retenção de que trata o item acima.

9.2.3 – A nota fiscal, cuja empresa contratada seja optante do Simples, deverá estar acompanhada da declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - Anexo IV.

9.3 – Da retenção previdenciária:

9.3.1 – Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

9.4 – Da retenção do ISS:

9.4.1 – Sobre serviços poderá ocorrer a retenção do ISS quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art. 6º da L.C. nº 116/03.

9.4.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples) deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

9.5 – Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

10.1 – Os preços serão reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, segundo a variação do **IPCA (Índice de preços do Consumidor Amplo)** de cada período específico, **editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC**, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

10.2 - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses, após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei 8666/93 e art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

a) advertência;

b) 1. Multa de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na entrega dos serviços contratados, incidente sobre o valor total do contrato, limitado a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 30 (trinta) dias. A partir do 31º dia de atraso será considerado inadimplência total;

2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento do cronograma, desde que o atraso não tenha sido ensejado pelo atraso no cumprimento do cronograma pelo participante;

3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas;

4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida ou cessação da prestação de serviços, ensejando a rescisão contratual.

11.2 – Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.3 – As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

11.4 – A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 – Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – Deverão ser observadas as disposições da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, e suas alterações posteriores, que tratam do impedimento por parte deste Tribunal de manter, aditar, ou prorrogar contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que tenham determinadas relações de parentesco com membros deste Tribunal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 – Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

14.2 – E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 2020.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral TRE/PR
P/ CONTRATANTE